



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

IV - APELACAO CIVEL

2009.51.62.000935-5

Nº CNJ : 0000935-67.2009.4.02.5162
RELATOR : DESEMBARGADORA FEDERAL CLAUDIA NEIVA
APELANTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR : SERG LIMA DE OLIVEIRA
APELADO : COMERCIAL SIMONEL LTDA
ADVOGADO : FELIPE DA SILVA SANTIAGO
ORIGEM : 1A VARA FEDERAL DE ITAPERUNA/RJ
(200951620009355)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL – TCFA. ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DA EMPRESA. INEXIGIBILIDADE. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. DATA DA CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. DATA DA ENTREGA DA DECLARAÇÃO OU DO VENCIMENTO. A QUE FOR POSTERIOR. SÚMULA 436/STJ. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA.

1. A Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA tem por fato gerador *"o exercício regular do poder de polícia conferido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais"*, nos termos do art. 17-B da Lei nº



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

IV - APELACAO CIVEL

2009.51.62.000935-5

6.938/1981, com a redação conferida pela Lei nº 10.165/2000, sendo *"sujeito passivo da TCFA todo aquele que exerça as atividades constantes do Anexo VIII desta Lei"* (art. 17-C).

2. No caso em tela, os documentos anexados aos autos, consubstanciados na certidão de baixa de inscrição da empresa no CNPJ, em razão de liquidação voluntária, e o distrato social, registrado na JUCERJA, demonstram que a autora encerrou suas atividades em 03/06/2002, sendo indevida a cobrança da TCFA a partir de junho de 2002, por não ocorrer a hipótese de incidência tributária.

3. A falta de comunicação do encerramento de suas atividades ao IBAMA não tem o condão de autorizar a cobrança da TCFA.

4. O Colendo STJ já assentou que a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, prevista na Lei n. 6.938/81, sujeita-se a lançamento por homologação (Precedentes: REsp. Nº 1.259.634/SC, 2ª Turma, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 19/09/2011; e REsp 1.241.735/SC, 2ª Turma, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe de 04/05/2011).

5. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.120.295/SP, da relatoria do Ministro Luiz Fux, submetido ao rito dos recursos repetitivos, consolidou o entendimento de que, nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, o crédito tributário constitui-se a partir da entrega da declaração do sujeito passivo reconhecendo o débito fiscal, razão pela qual foi editada a Súmula nº 436/STJ, *in verbis*: *"A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco."*

6. A Primeira Seção do STJ decidiu, ainda, no citado REsp 1.120.295/SP, que a contagem do prazo prescricional para a Fazenda exercer a pretensão de cobrança judicial do crédito tributário declarado, mas não pago, se inicia a partir da data do vencimento da obrigação tributária expressamente reconhecida, ou a partir da data da própria declaração, o que for posterior.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

IV - APELACAO CIVEL

2009.51.62.000935-5

7. O IBAMA não logrou êxito em demonstrar que a entrega da declaração se deu em momento posterior ao do vencimento, ou que houve outra forma de constituição, razão pela qual deve-se considerar que o crédito foi definitivamente constituído na data de seu vencimento, em 30/03/2001.

8. Tendo em vista que o débito somente foi exigido em 31/08/2009, está prescrita a pretensão de cobrança judicial do crédito tributário, com fulcro no art. 174, *caput*, do CTN.

9. Apelação conhecida e desprovida.

A C Ó R D ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decidem os Membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e NEGAR PROVIMENTO à apelação, na forma do voto da Relatora.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 2017.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

IV - APELACAO CIVEL

2009.51.62.000935-5

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA

Desembargadora Federal

Relatora

RELATÓRIO

Trata-se de apelação cível interposta pelo INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, visando à reforma da sentença que julgou procedentes os pedidos, para declarar “*a inexistência de relação jurídico-tributária no que concerne à incidência da TCFA após o encerramento da atividade empresarial*” e “*a prescrição do crédito vencido em 30/03/2001, no valor de R\$110,50*”, desconstituindo o crédito tributário referente à TCFA no valor de R\$ 1.675,50, com vencimento em 31/08/2009, e condenou o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, fixados em R\$ 100,00, com base no art. 20, § 4º, do CPC/73.

Em suas razões de apelação, o IBAMA alega, em síntese, que, nos termos do art. 17-B da Lei nº 6.938/81, o fato gerador da TCFA é o exercício regular do poder de polícia conferido ao IBAMA para controle e “*fiscalização de atividades poluidoras e utilizadoras de recursos*”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

IV - APELACAO CIVEL

2009.51.62.000935-5

ambientais, (...), e não a efetiva realização de atividades”; que o art. 13 da Instrução Normativa nº 96/2006 estabelece que “a pessoa jurídica que encerrar suas atividades deverá informar no sistema o motivo do cancelamento do registro, mantendo em seu poder os documentos que comprovem o encerramento da atividade”; que o IBAMA não condiciona o cancelamento do registro ao pagamento dos débitos pendentes, conforme previsto no § 1º do citado art. 13; e que a empresa encerrou suas atividades em junho de 2002, mas não informou tal fato ao Cadastro Técnico Federal, que, à época, era obrigatório, motivo pelo qual é devida a cobrança da TCFA.

Aduz que inexistente a prescrição, uma vez que o lançamento foi efetuado dentro do prazo estabelecido no art. 174 do CTN; que havendo inadimplemento, a autoridade administrativa tem o prazo de 5 (cinco) anos para efetuar o lançamento e constituir o crédito tributário, contado do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido realizado (art. 173, I, do CTN).

Contrarrazões às fls. 66/70.

O Ministério Público Federal manifesta-se pela sua não intervenção (fls. 74/76).

É o relatório. Peço dia para julgamento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

IV - APELACAO CIVEL

2009.51.62.000935-5

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA

Desembargadora Federal

Relatora

VOTO

Conheço do recurso de apelação, eis que presentes os seus pressupostos de admissibilidade.

Trata-se de ação objetivando a declaração de inexigibilidade dos créditos tributários referentes à Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA.

O artigo 17-B da Lei nº 6.938/1981, com a redação conferida pela Lei nº 10.165/2000, dispõe que a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA tem por fato gerador *"o exercício regular do poder de polícia conferido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais."*

Por sua vez, o art. 17-C da referida Lei prevê que *"é sujeito passivo da TCFA todo aquele que exerça as atividades constantes do Anexo VIII desta Lei."*

O registro da pessoa jurídica junto ao IBAMA traz a presunção de que esteja exercendo atividades elencadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

IV - APELACAO CIVEL

2009.51.62.000935-5

a ensejar a respectiva fiscalização. Tal presunção, todavia, é relativa, sendo passível de afastamento, mediante prova em sentido contrário, a cargo do sujeito passivo da obrigação tributária.

Como salientado na sentença, os documentos anexados às fls. 10/13, consubstanciados na certidão de baixa de inscrição da empresa no CNPJ (fls. 10/11), em razão de liquidação voluntária, e o distrato social (fls. 12/13), registrado na JUCERJA em 03/06/2002, demonstram que a autora encerrou suas atividades em 03/06/2002, não mais exercendo qualquer atividade potencialmente poluidora e utilizadora de recursos naturais passível de fiscalização por parte do IBAMA, sendo indevida a cobrança da TCFA a partir de junho de 2002, por não ocorrer a hipótese de incidência tributária.

Desse modo, mostra-se correta a sentença que afastou a cobrança da TCFA no período compreendido entre o 1º trimestre de 2004 e 4º trimestre de 2008 (fls. 14).

Mister ressaltar que a falta de comunicação do encerramento de suas atividades ao IBAMA não descaracteriza a sua inatividade empresarial nem tem o condão de autorizar a cobrança da TCFA, por não ter ocorrido o fato gerador da exação.

A respeito do tema, cito, *mutatis mutandis*, os seguintes precedentes:

“ADMINISTRATIVO. TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - TCFA. INATIVIDADE DA EMPRESA. NÃO OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR. INEXIGIBILIDADE. REVISÃO DO JULGADO. SÚMULA 7/STJ. NATUREZA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. PRECEDENTES.

1. Trata-se de ação ordinária visando à declaração de inexigibilidade dos débitos decorrentes da notificação de lançamento tributário, cujo objeto é a cobrança da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

IV - APELACAO CIVEL

2009.51.62.000935-5

2. O Tribunal de origem, soberano na análise das provas carreadas aos autos, entendeu, no presente caso, que não se concretizou o fato gerador para a cobrança da TCFA, haja vista a comprovação da inatividade da empresa.

3. Conclui-se que o art. 17-C, § 1º, da Lei 6.938/81 foi interpretado a partir de argumentos de natureza eminentemente fática, de modo que não há como infirmar essas conclusões, sem adentrar no contexto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ. Agravo regimental improvido.”

(STJ, 2ª Turma, AGRESP 201402758396, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE de 12/02/2015)

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. COBRANÇA DA TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - TCFA NO PERÍODO POSTERIOR À BAIXA DO CNPJ DA SOCIEDADE. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. POSSIBILIDADE. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 919, §1º, DO CPC.

1. A atribuição de efeito suspensivo aos embargos à execução depende da comprovação da presença dos requisitos contidos no art. 919, §1º, do CPC (art. 739-A do CPC/73). Ressalva de entendimento pessoal da Relatora quanto à inconstitucionalidade da aplicação do dispositivo às execuções fiscais, arguida pela 4ª Turma no julgamento do Agravo de Instrumento nº0000417-67.2014.4.02.0000, mas ainda pendente de apreciação pelo Órgão Especial.

2. Presença de *fumus boni iuris* quanto às alegações da Agravante, relativamente à impossibilidade de cobrança dos débitos devidos a título de Taxa de Controle e Fiscalização



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

IV - APELACAO CIVEL

2009.51.62.000935-5

Ambiental - TCFA, visto que o encerramento das atividades da filial em relação à qual a Taxa é cobrada, com a devida baixa do CNPJ, ocorreu em 2001, antes dos períodos a que se refere a exigência, compreendidos nos anos de 2004 a 2006 e 2008 a 2009.

3. O prosseguimento da execução fiscal, com a alienação de veículo utilizado pela Agravante em suas atividades (o bem penhorado é um ônibus, e a Agravante dedica-se ao transporte de passageiros), por valor provavelmente menor do que o bem de fato deveria ter, caracteriza o perigo de dano irreparável e de risco a o resultado útil dos embargos à execução.

4 . Agravo de instrumento da Executada a que se dá provimento.”

(TRF - 2ª REGIÃO, AG 201600000040306, 4ª TURMA ESPECIALIZADA, Rel. Des. Fed. LETÍCIA MELLO, 29/09/2016)

“DIREITO CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. TCFA. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DO DEVEDOR. CONSTITUCIONALIDADE. FATO GERADOR. EMPRESA INATIVIDADE. INEXIGIBILIDADE. PROVIMENTO DA APELAÇÃO.

1. Consolidada pela Suprema Corte a jurisprudência no sentido da constitucionalidade da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA, nos termos da Lei 10.165/2000.

2. Embora constitucional, não é exigível a cobrança da TCFA em relação à empresa em inatividade que, por não realizar a atividade econômica potencialmente lesiva ao meio ambiental, a que atrelado o poder de polícia pelo IBAMA, não suscita a materialidade do fato gerador respectivo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

IV - APELACAO CIVEL

2009.51.62.000935-5

3. No caso, existe documentação fiscal de inatividade, tendo sido ofertada declaração simplificada de pessoa jurídica inativa entre 2008/2011 e, em 2007, a declaração não indicou qualquer receita ou faturamento no período-base. O IBAMA, em informação nos autos, registrou ter sido efetuada a baixa do CNPJ da embargante junto à Fazenda Estadual, dentro do sistema SINTEGRA/ICMS, em 30/06/2007. Embora não conste a prova de idêntica medida junto ao próprio órgão, inconteste a situação fático-jurídica capaz de impedir a constatação do fato gerador no período abrangido pela execução fiscal.

4. A falta de comunicação do encerramento de atividade, ainda que possa eventualmente resultar em violação de obrigação tributária acessória, não gera a obrigação tributária principal, quando esta tenha como materialidade e fato gerador o próprio exercício de atividade econômica sujeita ao poder de polícia, afeto, no caso, ao IBAMA, por se tratar de atividade potencialmente lesiva ao meio ambiente.

5. Apelação provida.

(TRF – 3ª Região, 3ª Turma, AC 00409403620154039999, Rel. Des. Fed. CARLOS MUTA, e-DJF3 Judicial 1 de 14/01/2016)

“EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - TCFA. INATIVIDADE DA EMPRESA AUTUADA NO PERÍODO FISCALIZADO.

1. Não tendo a empresa embargante exercido atividades no período indicado no título executivo que fundamenta a execução fiscal, não há como ser-lhe exigida a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA.

2. Apelação improvida.”

(TRF – 4ª Região, 1ª Turma, AC 00024960920124049999, Rel. Des. Fed. LEANDRO PAULSEN, D.E. de 16/05/2012.)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

IV - APELACAO CIVEL

2009.51.62.000935-5

“ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - TCFA. EMPRESA INATIVA ANTES DO FATO GERADOR. COBRANÇA INDEVIDA. PRECEDENTES.

1. Apelação interposta contra sentença julgou procedentes embargos à execução fiscal para desconstituir o crédito de TCFA, referente ao ano de 2007.

2. A TCFA, instituída pela Lei 10.165/00, tem por fato gerador o serviço de controle das atividades potencialmente poluidoras e a fiscalização da utilização de recursos naturais, sendo calculada em função da potencialidade poluidora da atividade exercida pelo contribuinte.

3. O STF já decidiu, quanto a referida taxa, que "não há invocar o argumento no sentido de que a taxa decorrente do poder de polícia fica restrita aos contribuintes cujos estabelecimentos tivessem sido efetivamente visitados pela fiscalização. Destarte, os que exercem atividades de impacto ambiental tipificadas na lei sujeitam-se à fiscalização do IBAMA, pelo que são contribuintes da taxa decorrente dessa fiscalização, fiscalização que consubstancia, vale repetir, o poder de polícia estatal". (RE nº 416601).

4. In casu, a embargante, ao apresentar sua declaração anual de rendimentos à Receita Federal, comunicou ao referido órgão, desde o ano de 2003, sua inatividade. Com a comprovada inatividade, não poderia a embargante ser contribuinte da TCFA. Não há serviço a ser desempenhado pelo Estado, a ser remunerado pela taxa, mesmo que de forma potencial, em empresa que se encontra inativa desde antes do fato gerador cobrado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

IV - APELACAO CIVEL

2009.51.62.000935-5

5. O fato de a empresa não promover sua baixa junto ao IBAMA, não pode configurar motivo para a subsistência da cobrança perpetrada pela autarquia na execução fiscal, sob pena de se prestigiar as formalidades sobre a realidade dos fatos.

6. Precedente desta Corte: AG nº 131929, Rel. Des. Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, DJe 11/07/2013.

7. Apelação não-provida.”

(TRF – 5ª Região, 4ª Turma, AC 00158479320124058100, Rel. Des. Fed. MANUEL MAIA, DJE de 05/11/2015, p.106)

Resta, portanto, a análise da questão atinente à prescrição da cobrança da TCFA relativa ao 1º trimestre de 2001 (fls. 14).

A teor do art. 174, *caput*, do CTN, *"a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva"*.

O Colendo STJ já assentou que a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, prevista na Lei n. 6.938/81, sujeita-se a lançamento por homologação (Precedentes: REsp. Nº 1.259.634/SC, 2ª Turma, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 19/09/2011; e REsp 1.241.735/SC, 2ª Turma, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe de 04/05/2011).

Por sua vez, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.120.295/SP, da relatoria do Ministro Luiz Fux, submetido ao rito dos recursos repetitivos, consolidou o entendimento de que, nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, o crédito tributário constitui-se a partir da entrega da declaração do sujeito passivo reconhecendo o débito fiscal, razão pela qual foi editada a Súmula nº 436/STJ, *in verbis*:

"A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco."



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

IV - APELACAO CIVEL

2009.51.62.000935-5

Decidiu a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, ainda, no citado REsp 1.120.295/SP, que a contagem do prazo prescricional para a Fazenda exercer a pretensão de cobrança judicial do crédito tributário declarado, mas não pago, se inicia a partir da data do vencimento da obrigação tributária expressamente reconhecida, ou a partir da data da própria declaração, o que for posterior.

No caso em tela, o Douto Julgador de 1º grau, ao proferir sentença, reconheceu, expressamente, que o tributo em análise foi definitivamente constituído na data de seu vencimento, em 30/03/2001 (fls. 14 e 45).

Ao interpor seu recurso de apelação, o IBAMA não logrou êxito em demonstrar que a entrega da declaração se deu em momento posterior ao do vencimento, ou que houve outra forma de constituição, razão pela qual deve-se considerar que o crédito foi definitivamente constituído nos exatos termos reconhecidos pela sentença e não impugnados pela recorrente.

Portanto, tendo em vista que o débito com vencimento em 30/03/2001 somente foi exigido em 31/08/2009 (fls. 14/14v.), está prescrita a pretensão de cobrança judicial do crédito tributário, com fulcro no art. 174, *caput*, do CTN.

Desse modo, deve ser mantida a sentença impugnada.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO à apelação.

É como voto.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

IV - APELACAO CIVEL

2009.51.62.000935-5

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA

Desembargadora Federal

Relatora